

Portal da CSB

Contabilistas lutam contra o fim da profissão de técnico

Em audiência pública, Federação dos Contabilistas condenou o cerceamento do direito de quase duzentos mil trabalhadores

Na manhã de ontem, 20 de março, foi realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado uma audiência pública para debater o fim da profissão de técnico em contabilidade.

Aprovada em 2010, a Lei 12.249 - em seu Art.12 - determina que somente os bacharéis em Ciências Contábeis poderão exercer a profissão e se registrarem no Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A medida, segundo o presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio, Espírito Santo e Bahia e vice-presidente da CSB, Luiz Sergio Lopes, representa um verdadeiro "atestado de óbito" para os técnicos. "Essa norma significa o fechamento do mercado de trabalho e o cerceamento do exercício da profissão para cerca de 188 mil técnicos em contabilidade", explica.

A partir de 1 de junho de 2015, os técnicos em contabilidade não registrados e que não fizeram o exame do CFC serão proibidos de fazê-los, além de não poderem mais solicitar o registro nos conselhos regionais.

Interesses

O vice-presidente da CSB argumenta que essa norma atende a interesses escusos de uma minoria interessada na extinção dos profissionais técnicos. "Há alguns 'pseudoseducadores' que faturam alto com suas escolas de nível universitário em contabilidade; medíocres intelectuais da classe, que julgam a existência dos técnicos um fator de depreciação da profissão; e grandes empresas de contabilidade que querem, a qualquer custo, centralizar o setor", critica Luiz Sergio Lopes.

Conselho Federal de Contabilidade argumenta que a norma é uma evolução da profissão. Para a entidade, os cursos técnicos já não correspondem - na formação profissional - às necessidades das empresas.

"O CFC aplica uma prova de proficiência e tem aprovado em grande escala. Então se o órgão aprova quase 40% dos matriculados no exame, há algo errado: ou ele aprova de forma irregular ou está duvidando da capacidade do profissional. Ou seja, há uma grande contradição", ressalta Lopes.

Direito dos trabalhadores

O dirigente acredita que a melhora na formação profissional, com instituições capacitadas no ensino técnico em contabilidade, é ferramenta importante para derrubar a proibição. "O reestabelecimento e a garantia do livre exercício do trabalho não podem ser violados. Isso destrói os interesses da sociedade brasileira e impede seus cidadãos de exercitarem a legítima escolha profissional", concluiu Luiz Sergio Lopes.

Portal da CUT

Chapa 1 vence eleições dos metalúrgicos de Sorocaba com mais de 96% dos votos

24/03/2014

Ademilson Terto, atual presidente do Sindicato, seguirá à frente da entidade pelos próximos três anos

Escrito por: Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região

A Chapa 1, liderada pelo atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região, Ademilson Terto da Silva, foi eleita na sexta-feira, dia 21, para dirigir a entidade de classe pelos próximos três anos. A chapa recebeu 96,38% dos votos dos metalúrgicos sindicalizados da região que foram às urnas nos últimos três dias.

Mesmo com chapa única, sem oposição, neste segundo turno das eleições, 14.601 eleitores, de um total de 19.571 com direito a voto, foram às urnas dias 19, 20 e 21, quando ocorreu a votação em 366 fábricas e na sede do Sindicato em Sorocaba.

Do total de votos apurados, 14.073 (96,38%) foram dedicados à Chapa 1, enquanto 408 (2,79%) votaram em branco e 120 (0,82%) votaram nulo.

Mesmo considerando os eleitores que não foram às urnas, muitos devido a férias, folga ou afastamento por doença, a Chapa 1 obteve 70,17% de votos de todo o colégio eleitoral da categoria na região.

Além de Terto, reeleito presidente, a Chapa 1 conta com outros 26 integrantes, que vão formar a Diretoria Executiva, o Conselho da Direção e o Conselho Fiscal da entidade (veja os nomes no final da matéria).

No primeiro turno das eleições, em fevereiro, os metalúrgicos já haviam escolhido 133 representantes sindicais dentro das fábricas e entre os aposentados da categoria. Esses

representantes são chamados de membros de Comitês Sindicais de Empresa (CSE). Os 27 membros da chapa que concorreram no segundo turno foram escolhidos entre os eleitos em fevereiro.

O total de eleitos nos dois turnos forma a Diretoria Plena do Sindicato, que se reúne periodicamente para debater os rumos da condução do Sindicato. A posse dos eleitos será no dia 24 de maio.

Compromissos da direção

Após a eleição, nesta sexta, Terto reafirmou todos os compromissos assumidos com os metalúrgicos durante a campanha eleitoral. De acordo com ele, a valorização salarial, o combate a acidentes e doenças ocupacionais, as ações sindicais contra o assédio moral, a criação de políticas específicas para trabalhadores de pequenas empresas e a luta contra a precarização do trabalho são algumas das prioridades da nova diretoria nas fábricas.

"A redução da jornada de trabalho sem redução de salários e a promoção de políticas de valorização de jovens e mulheres da categoria metalúrgica também estão entre as metas de atuação sindical nas fábricas", afirmou o dirigente.

A diretoria liderada por Terto também deverá apoiar as lutas dos aposentados metalúrgicos, fortalecer a organização no local de trabalho e envolver os trabalhadores nos debates e ações sindicais e sociais promovidas pela entidade.

Como contribuição da categoria para a sociedade, a chapa eleita se compromete a intensificar ações voltadas à melhoria da qualidade de vida do trabalhador. "Vamos manter as ações do Sindicato Cidadão, que inclui os debates sobre saúde, educação, habitação e desenvolvimento social e econômico. Essa política de atuação prevê ainda a luta contra todas as formas de preconceito; significa também representar a categoria nos debates socioeconômicos e incentivar atividades culturais e socioeducativas", explica Terto.

A apuração dos votos, na noite desta sexta-feira, foi acompanhada pelo presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM), Valmir Marques, Biro-Biro.

Direção Executiva

1. Presidente: Ademilson Terto da Silva - Fábrica: Schaeffler
2. Vice-presidente: Tiago A. do Nascimento - Fábrica: Bardella
3. Secretário Geral: Leandro C. Soares - Fábrica: ZF Lemforder
4. Secretário de Adm. e Finanças: Alex Sandro Fogaça Camargo - Fábrica: Satúrnia
5. Secretário de Organização: João de Moraes Farani - Fábrica: Metalvic
6. Diretor Executivo: Joel A. de Oliveira - Fábrica: Johnson Controls
7. Diretor Executivo: Sílvio Luiz F. da Silva - Fábrica: Apex Tool

Conselho da Direção Executiva

1. Adilson Faustino - Fábrica: Apex Tool
2. Antônio Carlos Martins da Cunha - Fábrica: Metalur
3. Clériston Cristovão Albino dos Santos - Fábrica: ZF do Brasil
4. Clodoaldo Lisboa - Fábrica: Gerdau Sorocaba
5. Everaldo Garrido - Fábrica: Prysmian Draka
6. Everton da Silva Souza - Fábrica: Johnson Controls
7. José Roberto Tarasca - Fábrica: Prysmian Energia
8. Kátia Silva Lucas - Fábrica: Flextronics
9. Kelly Carmo da Silva - Fábrica: Schaeffler
10. Márcio José Leite de Oliveira - Fábrica: VMX, Piedade
11. Marcos Roberto Coelho - Fábrica: ZF Lemforder
12. Sandro Prado - Fábrica: Edscha
13. Sérgio Luis João - Fábrica: Tecno Pries
14. Valdeci Henrique da Silva - Fábrica: Schaeffler

Conselho Fiscal

Titulares

1. Clodoaldo Aparecido Garrote - Fábrica: Prysmian
2. Fernando Rodrigues Nunes - Fábrica: Wobben
3. Joselito Mansinho da Silva - Fábrica: ZF do Brasil

Suplentes

1. Francisco Lucrécio Junior Saldanha - Fábrica: Metso Fundição
2. Nelson Aparecido Navarro - Fábrica: Moto Peças
3. Edison Donizete Marciano - Fábrica: Muller, Iperó

Categoria foi recebida por Gustavo Fruet que garantiu a apresentação de possíveis cenários para atender a pauta de reivindicações

Escrito por: CUT-PR com informações do Sismuc

Uma assembleia realizada no sábado (22) colocou fim à greve dos educadores de Curitiba. Representantes da categoria foram recebidos pelo prefeito Gustavo Fruet que formou a realização de uma força tarefa para avaliar todos os cenários possíveis com a pauta dos educadores. Entre os pontos que serão analisados está a redução da jornada de trabalho e a valorização dos profissionais da educação infantil.

O estudo será apresentado aos educadores e ao próprio prefeito no dia 8 de abril. Os cenários vão desde a jornada de 40 horas e hora atividade de 33%, jornada de 30 horas com hora atividade de 20 ou 33%, além de outras possibilidades. A aposentadoria especial de 25 anos e a eleição de direção são pontos considerados conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras durante a greve.

Na mesa de negociação, o prefeito disse que abrirá as contas da Prefeitura para que o grupo estude todas as possibilidades: "Eu deixo claro que quero transformar a carreira de educador", disse Fruet. Participaram da mesa, além do prefeito, os secretários Roberlayne Roballo, Meroujy Cavet e Ricardo Mc Donald. Já os trabalhadores foram representados por uma comissão eleita, pelo Departamento Jurídico e pela presidente da CUT, Regina Cruz.

"Foi uma greve difícil e que exigiu muito da categoria, mas que mostrou a sua união e a sua disposição de luta, dois fatores que marcam a história do Sismuc. A CUT esteve ao lado do Sindicato e continuará apoiando o Sismuc nos próximos passos. Foi dado um passo importante, mas a luta continua", disse a presidente da CUT Paraná, Regina Cruz.

Nos próximos passos os educadores permaneceram com o indicativo de greve até o dia 8 de abril. O objetivo é manter a mobilização. No dia 29 de março, aniversário de Curitiba, um novo ato está marcado para às 10h na praça que leva o nome do dia do aniversário da cidade.

O Sindicato ainda informou que uma reunião será realizada nesta segunda-feira (24) para discutir o desconto dos dias de greve a multa diária de R\$ 80 mil.

Portal da CUT

Sinpro-DF convoca ato na próxima quinta (27) em defesa da educação pública

24/03/2014

Entidade critica falta de planejamento do governo local; trabalhadores sofrem com a perda de direitos já adquiridos

Escrito por: Sinpro-DF

No dia 27 de março (quinta-feira) o Sinpro convoca ato em defesa da educação pública do DF. Todos os (as) companheiros (as) estão convidados a participar desta paralisação. A concentração será às 9h em frente ao Palácio do Buriti.

Em virtude da falta de planejamento do governo do DF, a categoria está sofrendo com a perda de direitos já adquiridos, como a redução da regência de classe (20%), o gozo das licenças prêmio, além das eternas promessas do atual governador e dos anteriores, que não investiram em nenhuma política voltada para a saúde do(a) trabalhador(a).

Os principais pontos da nossa agenda de reivindicação são:

- Nomeação de professores (as) concursados(as);
- Garantia do gozo da redução de 20% de regência (Lei nº5105/13);
- Equiparação do auxílio-alimentação com a C.L.D.F.;
- Valorização da Carreira do Magistério;
- Mais verbas para as escolas;
- Regularidade no repasse do PDAF para as escolas;
- Gozo da licença prêmio;
- Plano de saúde;
- Equiparação Salarial com a Carreira Médica;
- Pagamento das pendências financeiras.

Participe, fortaleça a luta pela garantia dos nossos direitos!

Portal da CUT

Eleição no Sindicato dos Bancários de São Paulo começa nesta terça-feira (25)

24/03/2014

Trabalhadores participam da votação que acontece durante quatro dias

Escrito por: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

A partir desta terça-feira (25), os bancários e financeiros de São Paulo, Osasco e 15 regiões, sindicalizados, votam para eleger a diretoria que ficará à frente da entidade para o triênio 2014/2017.

Conduzido pela Comissão Eleitoral, o processo começa às 7h desta terça-feira (25) e se encerra na sexta-feira (28). O resultado está previsto para ser divulgado neste sábado (29).

A eleição tem proporção e importância comparável a muitos municípios brasileiros. São milhares de votantes espalhados por centenas de locais de trabalho em São Paulo e outras 15 cidades da região de Osasco. O Sindicato é um dos maiores do Brasil e da América Latina.

Estrutura - Ao todo serão cerca de 200 urnas, entre as fixas, que ficarão nos prédios administrativos dos bancos, e as itinerantes, que percorrerão as agências bancárias, acompanhados por mesários das duas chapas. Na sede do Sindicato haverá urna destinada preferencialmente aos bancários aposentados ou que estejam afastados – férias, licença, doença ou outros motivos.

Para a votação é necessário que o bancário se identifique por meio de documento com foto: crachá da empresa, RG ou Carteira de Trabalho.

Podem votar trabalhadores sindicalizados (aptos a votar) de bancos públicos e privados que atuam nos seguintes municípios: São Paulo, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Caucaia do Alto, Cotia, Embu, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.

Credenciamento de imprensa – Os jornalistas interessados em participar da cobertura da eleição do Sindicato deverão encaminhar mensagem para cecilia@spbancarios.com.br. Com assunto "Credenciamento" deverão informar nome e empresa em que trabalham e durante a cobertura será necessário apresentar sua identificação do veículo de comunicação.

Portal da CTB

Bancários da Bahia alertam: quase 3 mil ataques em 2013

Números para ligar o sinal vermelho. Em 2013, o Brasil registrou 2.917 ataques contra as agências bancárias. Em média, são oito ocorrências por dia. As explosões e os arrombamentos são os principais registros, 2.058 no total. Depois aparecem os assaltos (consumados ou não), com 859 casos.

O crescimento é de 16,36% ante 2012, quando foram registrados 2.530 ataques. A Bahia ocupa o quinto lugar da lista, com 193 casos. Na frente estão São Paulo, primeiro no ranking com 768 casos, Minas Gerais (314), Paraná (210) e Rio Grande do Sul (196). Por concentrar o maior número de agências e postos de atendimento, a região Sudeste tem o maior índice de ataques, 1.170 no total.

Em seguida estão, Nordeste (966), região com maior crescimento, de 43,54%, Sul (515), Centro-Oeste (172) e Norte (154). Os dados são de pesquisa realizada pelo movimento sindical, em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Situação pode piorar

Na opinião dos dirigentes do Sindicato do Bancários da Bahia (SBBA), o que está ruim pode ficar ainda pior. Os dados parciais deste ano comprovam. A Bahia registrou, até esta sexta-feira (21), 51 ataques contra as agências bancárias. No mesmo período do ano passado foram 39.

"Tem mais, falta investimento dos bancos em segurança. Estudo do Dieese, com base nos balanços de 2013, revela que Itaú, BB, Bradesco e Santander lucraram quase R\$ 50 bilhões e destinaram apenas R\$ 2,5 bilhões para a segurança. O valor representa, em média, apenas 5% do total lucrado", destaca em nota o Sindicato.

Diante do cenário, os bancários da Bahia querem intervenção urgente do governo federal. A categoria vai enviar uma cópia da pesquisa para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e solicitar uma audiência para discutir os ataques e as medidas para proteger a vida das pessoas.

Fonte: SBBA

Portal da CTB

Servidores do Daerp de Ribeirão Preto (SP) cruzam os braços por reajuste salarial

Os funcionários do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp), interior de São paulo, cruzaram os braços e paralisaram as atividades na autarquia por três horas na manhã desta segunda-feira (24), pela falta de uma nova proposta de reajuste salarial para os servidores. Uma nova paralisação está marcada para terça-feira (25).

"Depois que os servidores rechaçaram a proposta do governo e o estado de greve foi decretado, e a greve está marcada para a zero hora do dia 26, o governo não voltou a dialogar com os servidores. Sem proposta a greve está mantida. A paralisação de hoje (dia 24) foi um alerta ao governo para que ele se manifeste e traga uma nova proposta condizente com o pedido dos trabalhadores. Amanhã (dia 25) vamos cruzar os braços novamente para mostrar que não estamos

para brincadeiras", ressalta Wagner Rodrigues, presidente do Sindicato dos Servidores de Ribeirão Preto, filiado à CTB.

A prefeitura municipal apresentou uma proposta de 5,56% no salário referente à inflação de 2013 e um reajuste de 10% no vale alimentação, passando de R\$ 500,00 para R\$ 550,00, na cesta básica nutricional dos aposentados a alteração também foi de 10% a proposta não atendeu as reivindicações dos servidores que decidiram pelo estado de greve e aguardam que o governo reavalie os itens da pauta de negociação.

Pauta de reivindicações

Os servidores querem, entre outras reivindicações, 16% de reajuste salarial, que corresponde ao índice IPCA, de 6,49%, mais 9,51% de aumento real, totalizando o percentual de 16%, a ser aplicado aos vencimentos mensais integrais, a partir de 1º de março de 2014.

Além do índice de reposição salarial, está incluso na pauta econômica dos trabalhadores um reajuste de 44,8% no vale alimentação, passando de R\$ 500,00 para R\$ 724,00, valor do salário mínimo nacional. Os Servidores também aprovaram o repasse do mesmo índice do vale alimentação (47,8%) para a cesta básica nutricional destinada aos aposentados e pensionistas. O Sindicato quer ainda a extensão do pagamento da cesta básica nutricional para todos os aposentados e pensionistas.

Portal da Força Sindical

Comissão de Valores Mobiliários quer regularizar eleição de representante de funcionário na Usiminas

A Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinou à Usiminas que regularize o processo de eleição do representante dos seus empregados em seu conselho de administração. No entendimento da área técnica da autarquia, a vaga destinada aos funcionários está sendo ocupada por um nome indicado pelo controlador.

A Usiminas recorreu da decisão e o colegiado deverá dar a palavra final sobre o assunto.

A Caixa de Previdência dos Empregados da Usiminas possui 6,75% das ações ordinárias da Usiminas e é signatária do acordo de acionistas da empresa.

A CVM examinou a questão após reclamação protocolada pela L. Par, fundo que reúne os recursos do investidor Lirio Parisotto, e possui 5,42% das preferenciais da Usiminas e 2,73% do capital total.

Na visão da autarquia, o representante da Previdência no conselho não representa empregados da Usiminas. Isso porque a maioria dos membros dos órgãos da gestão da Previdência, incluindo conselho deliberativo e diretoria executiva, é indicado pela Usiminas e o representante dos empregados no conselho é indicado pelo diretor presidente da Previdência, escolhido pela Usiminas. Ou seja, não há a participação dos empregados nesse processo de escolha.

Para sustentar o fato, a área técnica apontou que a atual diretora presidente da Previdência, Rita Fonseca, também é do conselho da Usiminas, eleita pelos controladores. Na proposta da assembleia ordinária de 2012, José Oscar Costa de Andrade, eleito como representante dos empregados, havia sido indicado originalmente como candidato dos controladores. Na prática, portanto, não há representantes dos empregados no conselho da Usiminas, o que criaria uma verdadeira "eleição em separado para os acionistas controladores".

A Usiminas questionou o entendimento da área técnica da CVM e afirma que a Previdência não é uma entidade controlada pela empresa, uma vez que não está sujeita a seu direcionamento e orientação e nem o poderia estar, sob pena de violar as regras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Segundo a empresa, a Previdência tem o direito de indicar dois nomes ao conselho: um na qualidade de representante dos empregados outro na qualidade de integrante do bloco de controle - esta é a vaga ocupada por Rita Fonseca.

A área técnica manteve o entendimento de que a Previdência, tanto no que concerne a seu órgão superior de deliberação quanto ao seu órgão geral de administração, compõe-se de membros que são indicados, em sua maioria, pela Usiminas. Dessa maneira, a Previdência tem sua vontade política determinada por administradores que, em sua maioria são indicados pelas próprias patrocinadoras. A influência política da Usiminas na gestão da Previdência é, na avaliação da SEP, condição irrefutável, por mais que não se possa, em princípio, configurar que há "controle", tecnicamente considerado.

Quando houve a privatização da Usiminas, em 1991, ações da companhia foram ofertadas aos empregados: 10% das ordinárias e 10% das preferenciais. Os empregados se organizaram no Clube de Investimentos Usiminas (CIU). O próprio edital de privatização conferiu ao CIU o direito de eleger um conselheiro.

A Previdência Usiminas participava do capital da CIU e atuava como um agente de liquidez, comprando ações dos empregados que viessem a deixar a empresa ou que faleciam.

Em determinado momento, a Previdência passou a deter 90% das quotas do clube. Em 2002, foi aprovada a dissolução do CIU em assembleia. Em janeiro de 2012 a Previdência Usiminas assinou o acordo de acionistas da empresa. Enquanto tiver 10% das ações a ele vinculadas, ela pode indicar dois membros ao conselho, um como integrante do bloco de controle, outro representando empregados.

Portal da Força Sindical

Evento sobre custeio sindical apresenta palestras com juristas da área trabalhista

O tema da primeira palestra na tarde de sexta-feira (21/3) enfocou na controvérsia das Cláusulas de Custeio Sindical, tratando desde a Universalidade do Instrumento Coletivo até os Limites da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

A secretária de Políticas para a Mulher da Força Sindical-RS, Ivone Simas, integrou a mesa de abertura do painel e enfatizou a necessidade dos dirigentes sindicais serem ativos na vida política e partidária.

“Os dirigentes têm a obrigação disso: eleger trabalhadores que nos representem na Câmara Federal, na Assembleia e no Senado. Só vamos mudar os precedentes se tivermos a nossa representação. Caso contrário vamos continuar recebendo a intervenção do Ministério Público do Trabalho”, disse Simas.

Para levantar essas questões, o público de sindicalistas da região Sul do país e diretores nacionais da Central contou com a apresentação dos seguintes painelistas: Luciano Castilho, Ministro aposentado do TST e assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM; Francisco Gerson Marques de Lima, procurador do Trabalho - Coordenador da Conalis; e Gilberto Souza dos Santos, desembargador do TRT - 4º Região.

Valor do trabalho no Brasil

Castilho iniciou sua explanação fazendo um parecer histórico do início do sistema de trabalho, desde a colonização portuguesa. Segundo ele, o governo militar caiu com a ação sindical diante, por exemplo, das lutas do ABC que abalaram o regime militar.

Castilho ainda afirma que após a queda do Muro de Berlim, a constituição brasileira já fazia parte de uma era que não existia mais. “A Constituição repete elementos de uma época que não existe mais. Foi quando começou a ficar difícil a vida operária”.

Ao concluir, o ex-ministro defendeu que é preciso reformar a legislação trabalhista, mas sem mudar os fundamentos, como o fundamento básico do direito do trabalho.

Possíveis caminhos

O procurador do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), Gerson Marques de Lima, afirmou que a questão é como o sistema está se comportando, que a ação do MPT não tem aumentado contra os sindicatos e não é uma questão de nível nacional.

Na sequência, Marques apresentou a Câmara de coordenação e revisão do Ministério Público do Trabalho e os principais problemas sindicais: o custeio assistencial, referentes à transparência contábil, estatuto sindical, processo eleitoral, estatutos sindicais, eleições sindicais, representação sindical.

Diante disso, os possíveis caminhos que o Movimento Sindical deve seguir, ainda segundo o palestrante, seriam: via contenciosa (troca de representação, exposição de dados, rompimento de parcerias), jurisprudencial (discussão processual, pedido de reforma do PN 119/SDC-TST e discussão no STF), dialogal (reuniões internas, construção propositiva), legislativa (reforma do modelo de custeio, consenso das centrais).

Portal Mundo Sindical

Rodoviários da Viação Pioneira fazem paralisação de 40 minutos no DF

Rodoviários da Viação Pioneira fizeram uma paralisação por cerca de 40 minutos na tarde desta sexta-feira (21), em protesto contra a falta de pagamento de um benefício por parte da empresa.

De acordo com o Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, a Pioneira havia prometido depositar o dinheiro até as 12h desta sexta. Durante a manhã, os trabalhadores anunciaram que haveria paralisação, caso o pagamento não fosse feito.

Por causa do protesto, as paradas de ônibus e os veículos que atendem às regiões de São Sebastião, Paranoá, Santa Maria e Gama ficaram lotadas. Às 12h40, o benefício entrou na conta dos rodoviários e os ônibus voltaram a circular normalmente, informou o sindicato.

A Viação Pioneira informou que até as 13h30 não havia sido informada do protesto.

DIEESE

NT nº 133 - O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro – Resultados da Rais 2012

Em 2012, o volume de empregos formais aumentou 2,5%, e o total de vínculos atingiu 47,5 milhões. A Nota Técnica 133 analisa esse crescimento, que se deu em ritmo menor que nos anos anteriores, e discute as características do emprego do ponto de vista qualitativo.

Ver: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf>

Diap, 24/03/14

A eleição para o Congresso e os assalariados

A campanha eleitoral é uma oportunidade ímpar que têm os trabalhadores, aposentados e servidores para a divulgação e popularização da importância, necessidade e conveniência de ampliação e preservação das conquistas trabalhistas, sindicais, previdenciárias e sociais.

*Antônio Augusto de Queiroz**

A investida em bases neoliberais sobre os direitos sindicais, trabalhistas, previdenciários e dos servidores públicos deixou claro que, sem retaguarda no Congresso Nacional, não há como evitar retrocessos, muito menos avançar nas conquistas de novos direitos para estes segmentos.

Na eleição para o Congresso – seja mediante candidatura própria do movimento sindical (trabalhador, servidor público ou aposentado), seja por intermédio de candidatos comprometidos com suas causas (os movimentos sociais, em geral, e o sindical, em particular) – é preciso envolvimento direto dos trabalhadores e suas organizações no sentido de eleger uma bancada comprometida com seus pleitos e lutas.

A campanha eleitoral é uma oportunidade ímpar que têm os trabalhadores, aposentados e servidores para a divulgação e popularização da importância, necessidade e conveniência de ampliação e preservação das conquistas trabalhistas, sindicais, previdenciárias e sociais.

No processo eleitoral, além da defesa direta dos direitos e interesses, os candidatos dos trabalhadores poderão dar grande contribuição, propondo, por exemplo, a ampliação dos espaços de diálogo e governança participativa, como forma de legitimar as políticas públicas e colaborar para o desenvolvimento econômico e social do país, com a criação de emprego e distribuição de renda.

O fato de os trabalhadores terem avançado em alguns direitos e evitado retrocessos, em outros, nos últimos anos, foi mérito, em grande medida, da bancada sindical no Congresso. Projetos sobre terceirização em bases precarizantes, simples trabalhista, prevalência do negociado sobre o legislado, flexibilização de direitos, restrição ao direito de greve no serviço público, entre outros, só não se transformaram em lei pela resistência do movimento sindical, em geral, e da bancada dos trabalhadores, em particular, que pressionou o Congresso e o Poder Executivo para não apoiarem essas matérias.

Na eleição de 2014, é fundamental o fortalecimento e ampliação da bancada sindical. Sem uma bancada grande e comprometida com os pleitos dos assalariados e das entidades sindicais dificilmente será possível aprovar temas como a redução da jornada, eliminar os efeitos perversos do fator previdenciário e garantir a proteção contra a despedida imotivada, entre outros pontos de interesse dos trabalhadores.

Na legislatura que termina em janeiro de 2015, a bancada sindical conta com 91 representantes, sendo 83 deputados e oito senadores, enquanto a bancada empresarial conta com 273, praticamente o triplo. Se não houver um esforço na campanha para ampliar a bancada sindical, o governo terá dificuldade de resistir à pressão empresarial, que cresce de eleição para eleição.

O desafio das entidades e das lideranças sindicais, portanto, é contribuir para conscientizar os trabalhadores-eleitores sobre a importância de eleger representantes identificados com seus pleitos, aspirações, reivindicações e interesses, porque, do contrário, não terá quem os defendam da investida patronal contra as entidades sindicais de trabalhadores e os direitos trabalhistas, previdenciários e dos servidores públicos. Tampouco o futuro governo, caso defenda os trabalhadores, terá como resistir à pressão patronal.

Com o propósito de valorizar o voto consciente, defender a ética na política e a transparência no exercício de funções públicas, pressupostos que dependem de uma boa escolha, o Diap elaborou uma cartilha com o título “*Eleições 2014 – orientação a candidatos e eleitores*”, que será distribuída logo no início de abril.

(*) *Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*

Portal da CUT

“Greve geral do Paraguai diz não à política neoliberal de arrocho salarial e concessão do patrimônio público”

24/03/2014

Afirmou Marina Gouvea, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), avaliando a paralisação da próxima quarta-feira

Escrito por: Leonardo Severo

Com apoio das organizações de camponeses e estudantes, a greve geral convocada pelas centrais sindicais do Paraguai para a próxima quarta-feira (26) tem como mote o "repúdio à política de arrocho salarial, privatização e entreguismo selvagens do governo Horacio Cartes". Nesta entrevista, a professora Marina Machado Gouvea, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) avalia a importância da mobilização popular para fazer frente "ao processo de privatização, camuflado com o nome de concessão" e garantir uma "viragem política que garanta ao Estado prover o que a Constituição determina". "Acredito que a paralisação é uma resposta ao arrocho, à informalidade e ao subemprego, que têm se agravado no governo golpista de Cartes", acrescentou a professora.

Como estudiosa que acompanha o processo paraguaio e a economia latino-americana, qual a sua avaliação sobre a lei da Aliança Público-Privada (APP) aprovada recentemente pelo governo de Horacio Cartes?

Na verdade, esse projeto de parceria público-privada anunciado pelo governo paraguaio é um projeto de privatização, com o nome de concessão, infelizmente super parecido com o que está sendo feito em nosso país. É um modelo com o qual não privatizam a propriedade, mas concedem a posse e o recebimento dos dividendos de patrimônios públicos estratégicos por um tempo definido, por décadas no caso. Estamos falando de aeroportos, portos, rodovias, educação, saneamento básico... Obviamente que são "concessões" que comprometem o presente e que será bastante difícil sua revogação no futuro. Na minha opinião, é preciso garantir uma viragem política que garanta ao Estado prover o que a Constituição determina, instituindo um governo efetivamente dos trabalhadores com a progressiva estatização dos recursos estratégicos.

Como está a questão dos salários e direitos?

Desde abril de 2011 os trabalhadores estão sem reajuste salarial, enquanto o custo de vida não para de subir. Soma-se a esse arrocho, a enorme informalidade e o subemprego, que têm se agravado no governo neoliberal e golpista de Horacio Cartes. As perdas somam 25% e o governo oferece apenas 10% de reajuste.

Da mesma forma que o imperialismo estadunidense, a elite paraguaia tem historicamente semeado a discórdia entre nossos países e povos, na velha tática de "dividir para reinar". Qual a sua análise?

Desde o Tratado de Assunção (assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 1991, precisamente num dia 26 de março), a política do governo paraguaio tem sido pendular entre os EUA e o Brasil. A classe dominante paraguaia tenta explorar o discurso contra a potência hegemônica regional, utilizando-se das brechas existentes no enfrentamento com o Brasil, para fazer uma aliança com as transnacionais. É uma elite absolutamente dependente e subordinada.

Segundo a Câmara Paraguaia de Exportação de Cereais e Oleaginosas, quase 90% das sementes vêm de grandes multinacionais como a Monsanto. Por outro lado, o principal banco do Paraguai, em termos de correntistas, é o Itaú, e muitos dos consórcios para construção de obras de infraestrutura passam pela Odebrecht e pela Camargo Correa. A relação entre o capital brasileiro e os trabalhadores paraguaios é terrível, pois o Brasil acaba agindo como plataforma de exploração.

A Federação Nacional Camponesa se somou à paralisação, organizando desde o último domingo inúmeras marchas e piquetes. Qual é a situação do campo?

O Paraguai é um país primário exportador. A soja representa hoje 56,4% da área cultivada e 80% das exportações, mas há uma rotatividade em determinados períodos quando o milho e o trigo ocupam importante parcela da área semeada. Para complicar, as estimativas apontam que entre 70 a 80% da produção estão nas mãos de brasiguaios, brasileiros que passaram a viver no Paraguai. São questões que precisam ser debatidas e enfrentadas, se queremos construir uma efetiva integração.

Organizado por Ernesto Germano